

## ENSINO E APRENDIZAGEM DA DISCIPLINA DE PACIENTES ESPECIAIS NOS CURSOS DE ODONTOLOGIA.

## TEACHING AND LEARNING THE DISCIPLINE OF SPECIAL PATIENTS IN DENTISTRY COURSES.

Sérgio Spezzia\*

\*Cirurgião Dentista. Especialista em Gestão Pública pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Especialista em Gestão em Saúde pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Especialista em Adolescência para Equipe Multidisciplinar e Mestre em Pediatria e Ciências Aplicadas à Pediatria pela Escola Paulista de Medicina – UNIFESP.

Endereço para correspondência - Autor responsável:

Sérgio Spezzia  
Email: sergio.spezzia@unifesp.br

### RESUMO

**Introdução:** A nível odontológico constitui paciente com necessidades especiais toda pessoa com uma ou mais limitações, temporárias ou permanentes, de ordem mental, física, sensorial, emocional, de crescimento ou médica, que o impeça de ser tratado de maneira convencional nos procedimentos odontológicos. Convive-se em muitas circunstâncias com o encaminhamento dos pacientes especiais de um profissional de saúde para outro. No ensino odontológico, a disciplina de Pacientes Especiais não é obrigatória. **Objetivo:** O objetivo do presente artigo foi averiguar como ocorre a prática do ensino e aprendizagem da disciplina de pacientes especiais nos cursos de odontologia. **Método:** Realizou-se estudo de revisão bibliográfica com busca nas bases de dados: LILACS, Google Acadêmico e levantamento de estudos e artigos que versavam acerca do ensino da disciplina de pacientes especiais em cursos na Odontologia. **Resultados:** Estudos denotam que a atuação do cirurgião dentista quando dos atendimentos dos pacientes especiais é efetuada com maior segurança, ao passo que o mesmo tenha sorvido conhecimento relativo na graduação. A disciplina

de pacientes especiais não constitui disciplina obrigatória no setor de ensino e aprendizagem odontológico. O conteúdo programático que é ministrado aos alunos pode proceder de maneira diferenciada de faculdade para faculdade. O conteúdo relacionado a pacientes especiais, ainda pode ser ministrado na modalidade obrigatória e sob forma optativa. **Conclusão:** Cursos de graduação em Odontologia devem realizar adequações e adaptar suas grades curriculares, objetivando instituir formação profissional aos alunos, que possibilite realizar atendimentos em saúde capazes de suprir as necessidades da população.

**Palavras-chave:** Odontologia. Pessoas com Deficiência. Ensino. Capacitação Profissional.

### ABSTRACT

**Introduction:** At the dental level, any person with one or more limitations, temporary or permanent, of a mental, physical, sensory, emotional, growth or medical nature is a patient with special needs, which prevents him from being treated in a conventional manner in dental procedures. In many circumstances, special patients are referred from one

health professional to another. In dental education, the discipline of Special Patients is not mandatory. **Objective:** The purpose of this article was to investigate how teaching and learning practices in the discipline of special patients in dentistry courses occur. **Method:** A bibliographic review study was carried out with a search in the databases: LILACS, Google Scholar and survey of studies and articles dealing with the teaching of the discipline of special patients in courses in Dentistry. **Results:** Studies show that the performance of the dental surgeon when attending special patients is carried out with greater security, while he has absorbed relative knowledge at graduation.

The discipline of special patients is not a mandatory discipline in the dental teaching and learning sector. The syllabus that is taught to students can proceed differently from college to college. The content related to special patients, can still be taught in mandatory and optional form. **Conclusion:** Undergraduate courses in Dentistry must make adjustments and adapt their curriculum, aiming to institute professional training for students, which makes it possible to provide health care capable of meeting the needs of the population.

**Keywords:** Dentistry. Disabled Persons. Teaching. Professional Training.

Enviado: 07/2021  
Aceito: 01/2022  
Revisado: 01/2022

## INTRODUÇÃO

A designação “portadores de necessidades especiais” consta da definição preconizada pela International Association of Dentistry for Disabilities and Oral Health<sup>2</sup>.

Indivíduos com necessidades especiais podem possuir deficiências físicas, mentais, neurológicas ou sociais. Esses pacientes podem conviver com uma situação intrínseca de dependência e vulnerabilidade<sup>8,13,17</sup>.

A nível odontológico constitui paciente com necessidades especiais toda pessoa com uma ou mais limitações, temporárias ou permanentes, de ordem mental, física, sensorial, emocional, de crescimento ou médica, que o impeça de ser tratado de maneira convencional no transcorrer dos procedimentos odontológicos<sup>6</sup>.

Pacientes com necessidades especiais em Odontologia podem ser divididos em nove grupos: grupo da deficiência mental; deficiência física; anomalias congênitas; distúrbios comportamentais; transtornos psiquiátricos; distúrbios sensoriais e de comunicação; doenças sistêmicas crônicas; doenças infectocontagiosas e grupo de pacientes com determinadas condições sistêmicas, envolvendo irradiados de cabeça e pescoço, indivíduos submetidos a transplante

de órgãos e imunossuprimidos por efeito de medicamentos<sup>11</sup>.

Convive-se em muitas circunstâncias com o encaminhamento dos pacientes especiais de um profissional de saúde para outro de maneira desnecessária. Essa conduta decorre de conhecimento teórico insuficiente ou escasso acerca da temática pacientes especiais e da falta de habilidades clínicas. Esses parâmetros levam a insegurança e ao não atendimento, proporcionando situações para encaminhamento, advindo do não atendimento<sup>18,9,1,14</sup>.

Os atendimentos de saúde prestados aos pacientes especiais devem ocorrer nas unidades básicas de saúde, centros de atendimento em reabilitação públicos ou privados, organizações não-governamentais e nos centros de referência em reabilitação. A assistência à saúde integral fornecida aos pacientes especiais deve incluir cuidados com a saúde oral dos pacientes<sup>19,7,16</sup>.

A assistência pública odontológica prestada aos pacientes especiais engloba grande percentual dos atendimentos efetuados nos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO). Os CEO, no nível de atenção secundária são os responsáveis pela execução dos procedimentos odontológicos em pacientes especiais<sup>16</sup>.

No contexto do ensino odontológico, a disciplina de Pacientes Especiais não é obrigatória. Muitas Faculdades de Odontologia visam orientar seus alunos, fortalecendo embasamento relacionado aos pacientes especiais, no intuito de propiciar competência e habilitá-los para o atendimento. Sabe-se, entretanto, que tal prática de ensino e aprendizagem mostra-se presente em poucas instituições de ensino<sup>5,15</sup>.

O objetivo do presente artigo foi averiguar como ocorre a prática do ensino e aprendizagem da disciplina de pacientes especiais nos cursos de odontologia.

## METODOLOGIA

Realizou-se revisão narrativa de literatura com busca nas bases de dados: Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Google Acadêmico com levantamento de estudos e artigos que versavam acerca do ensino da disciplina de pacientes especiais em cursos de Odontologia. No Google Acadêmico empregou-se a expressão de busca: pacientes especiais and conteúdo programático and grade curricular and estrutura pedagógica and currículo mínimo and disciplina de pacientes especiais and cirurgia dentista and aluno and odontologia and ensino and aulas e obteve-se aproximadamente 256 resultados. Na base LILACS empregou-se a expressão de busca: pacientes especiais and odontologia and ensino and aprendizagem e obteve-se somente um resultado.

Foram incluídos os artigos disponibilizados nas bases consultadas, independentemente da data de publicação e do idioma dos trabalhos.

Excluiu-se artigos que tratavam de outras temáticas ou que não possuíam conteúdo concernente com o pesquisado. Apontamentos de livros, trabalhos, monografias, dissertações e teses também foram considerados.

## REVISÃO DE LITERATURA

Pacientes Especiais e Odontologia: Assistência à Saúde Odontológica dos Pacientes Especiais

A conduta no âmbito odontológico em pacientes especiais almeja promoção, manutenção e recuperação das condições

de saúde oral. Pacientes especiais podem manifestar pouca capacidade colaborativa no transcorrer dos tratamentos dentários, devido ao fato, deve-se procurar adotar medidas para obter a cooperação desses pacientes<sup>10</sup>.

Os problemas odontológicos em pacientes especiais tendem a acumular-se, aguardando tratamento curativo odontológico, pode-se mencionar dentre eles: cárie dentária, má oclusão e doenças periodontais, entre outros. Existe demora para encaminhamento dessas pessoas para tratamento odontológico. Outro problema inerente decorre da desorientação das famílias dos pacientes especiais ao optar pelos tratamentos a serem efetuados e pela forma como esses pacientes serão conduzidos para receber tratamento de saúde. Pode-se preferir situações de urgência para realização dos tratamentos de saúde, que solicitem a intervenção médica, fisioterapêutica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, entre outras. Pode não ocorrer busca por tratamento odontológico conjuntamente, havendo adiamento e possível agravamento dos quadros odontológicos apresentados por esses pacientes especiais<sup>12,15</sup>.

O Ensino Odontológico da Disciplina de Pacientes Especiais

A atuação do cirurgião dentista quando dos atendimentos dos pacientes especiais é efetuada com maior segurança, ao passo que o mesmo tenha sorvido conhecimento relativo na graduação<sup>17</sup>.

A disciplina de pacientes especiais, no entanto, não constitui disciplina obrigatória no setor de ensino e aprendizagem odontológico. O conteúdo programático que é ministrado aos alunos pode proceder de maneira diferenciada de faculdade para faculdade. O conteúdo relacionado a pacientes especiais ainda pode ser ministrado na modalidade obrigatória e sob forma optativa<sup>4,5,15</sup>.

A disciplina de pacientes especiais ocorre sobremaneira de forma teórico-clínica. Quantitativo mínimo de faculdades promove aulas exclusivamente teóricas. Pode-se utilizar de recursos para compensação do embasamento escasso proporcionado aos alunos, empregando projetos de extensão universitária interligados aos cursos de graduação, visando aperfeiçoamento dessa temática<sup>4,5,15,17</sup>.

## DISCUSSÃO

O encaminhamento dos pacientes especiais, advém da escassa instrução relativa; insuficiente embasamento adquirido e das limitações voltadas para o atendimento clínico<sup>18,9,1,14</sup>.

Convém salientar que os cursos de graduação em Odontologia devem realizar adequações e adaptar suas grades curriculares, objetivando instituir formação profissional aos seus alunos, que possibilite realizar atendimentos em saúde capazes de suprir as necessidades da população e do Sistema Único de Saúde (SUS)<sup>17</sup>.

A gestão em saúde praticada pelo SUS engloba inclusive para enfrentamento desses problemas a prática da capacitação profissional. Buscou-se como medida resolutória promover a capacitação de profissionais da odontologia brasileira vinculados ao SUS para a atenção e o cuidado da saúde bucal da pessoa com deficiência ou pacientes especiais. Cursos de capacitação foram criados para profissionais das equipes de saúde bucal do SUS, englobando cirurgiões dentistas e auxiliares de saúde bucal, e para cirurgiões dentistas atuantes nos CEO<sup>3,17</sup>.

Essas estratégias propostas como medida para enfrentamento ao problema da insuficiente formação acadêmica voltada ao atendimento clínico odontológico dos pacientes especiais baseiam-se no fundamentado pela Constituição Brasileira “cidadã” de 1988, ainda em vigor<sup>15</sup>.

Enfim, o perfil e a performance apresentadas pela assistência à saúde pública é oriundo do papel proponente das instituições formadoras de ensino que atuam no setor saúde e das medidas adotadas pelo SUS para adequação aos atendimentos e a demanda existente. Falhas existentes podem representar insuficiência de profissionais qualificados para realizar os atendimentos de determinados tipos de pacientes, que requerem cuidados especiais<sup>3</sup>.

Políticas públicas devem ser elaboradas, visando resolução desses problemas apresentados pelo SUS e pelas universidades e a disciplina de pacientes especiais ministrada nos cursos de Odontologia, nesse contexto, poderia tornar-se obrigatória, devido a demanda pelos atendimentos na rede pública.

Outros pacientes que possuem seus quadros de saúde que requerem cuidados diferenciados para atendimento também devem receber a aparatologia de recursos necessária com a execução das devidas adequações para suprir a demanda e proferir os atendimentos de maneira correta<sup>15</sup>.

O pessoal contatante das famílias dos pacientes especiais deve primar por tentar conscientizar e embasar esses indivíduos acerca da importância da realização de todos os atendimentos requeridos na área da saúde, bem como deve indicar os locais corretos, onde os atendimentos odontológicos são oferecidos, evitando perda de tempo e desencontros, principalmente a nível da assistência de saúde pública. No caso do SUS, o atendimento para esses pacientes ocorre nos CEO<sup>16</sup>.

## CONCLUSÃO

A instituição de políticas públicas relacionadas com a ministração dessa disciplina e de outras que se tornarem necessárias a nível de formação profissional na área de saúde tende a racionalizar recursos e promover a resolução dos problemas no despreparo para atendimentos encontrado em profissionais atuantes na assistência à saúde pública, o que requer investimento de meios públicos para capacitação a posteriori.

## REFERÊNCIAS

1. Album MM. The philosophy of dental care of the handicapped: past, present, and future. *Spec Care Dentist*, 1990; 10(4):129-32.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Assistência Odontológica Integrada ao Paciente Especial. Brasília: Ministério da Saúde, SNAS, 1992. 23p.
3. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Sistema de Planejamento do SUS: uma construção coletiva: monitoramento e avaliação: processo de formulação, conteúdo e uso dos instrumentos do Planeja SUS / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 76 p.

4. Carvalho ACP. Educação e Saúde em Odontologia – Ensino da prática e prática do ensino. São Paulo: Ed. Santos, 1995.
5. Fassina AP. Análise das Disciplinas de Pacientes Portadores de Necessidades Especiais nas Faculdades no Brasil em 2005. [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo, 2006.
6. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: 2006 (Cadernos de Atenção Básica, 17).
7. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Manual de Legislação em Saúde da Pessoa com Deficiência. 2ª. Ed. revista e atualizada. Brasília: 2006a.
8. Needlman RD. Crescimento e Desenvolvimento. In: Behrman RE, Kliegman RM, Arvin AM. Tratado de Pediatria. 15a. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997. p. 148-51.
9. Nunn JH, Murray JJ. Dental Care of Handicapped Children by General Dental Practitioners. J Dent Educ, 1988; 52(8):463-5.
10. Pacheco DS, Domingues G, Maciel MGG. Proposta da terapia ocupacional na equipe odontológica com pacientes especiais. Multitemas, 2002; 25:119-23.
11. Sabbagh-Haddad A, Magalhães MGH. Introdução. In: Sabbagh-Haddad A. Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais. São Paulo: Santos; 2007. p. 5-10.
12. Schmidt MG. Avaliação da cárie dentária: níveis de estreptococos do grupo mutans e capacidade tampão da saliva em crianças portadoras de síndrome de down na faixa etária de 6 a 14 anos. [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo; 1995.
13. Scully C, Kumar N. Dentistry for those requiring special care. Prim Dent Care, 2003; 10(1):17-22.
14. Soar Filho EJ. A interação médico-cliente. Rev Assoc Med Bras, 1998; 44(1):35-42.
15. Spezzia S, Vieira SMCPAC, Takaoka LAMV, Teixeira RBM, Goulart AL, Kopelman BI. Pacientes com necessidades especiais – da regulamentação pública ao ensino odontológico. J Health Sci Inst, 2015; 33(2):140-3.
16. Spezzia S. Assistência à Saúde para Pacientes Especiais nos Centros de Especialidades Odontológicas. Rev Odontol Planal Cent, 2017; 7(1):25-32.
17. Spezzia S, Bertolini SR. Ensino odontológico para pacientes especiais e gestão em saúde. J Oral Inv, 2017; 6(1):85-98.
18. Stiefel DJ, Truelove EL, Jolly DE. The preparedness of dental professionals to treat persons with disabling conditions in long-term care facility and community settings. Spec Care Dentist, 1987; 7(3):108-13.
19. Varellis MLZ. O Paciente com necessidades especiais na odontologia. Manual Prático. 1ª. ed. São Paulo: Ed. Santos; 2005.